

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as; as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da **COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 08/04/2019 o **SICOOB ACRE** completou 21 (vinte e um) anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o **SICOOB ACRE** obteve como resultado bruto o valor de R\$ 5.099.976,21 (cinco milhões, noventa e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos), representando um retorno de 20,07% sobre o Patrimônio Líquido.

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 439.112,03 (quatrocentos e trinta e nove mil, cento e doze reais e três centavos), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Após as deduções legais do FATES e dos Fundos Estatutários, as sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral indicam a importância de R\$ 1.631.302,46 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e dois reais e quarenta e seis centavos) que representa um retorno de 6,42% sobre o Patrimônio Líquido.

Demonstração das destinações realizadas:

Resultado antes das destinações	5.099.976,21
(-) Juros ao capital pagos aos associados	(439.112,03)
Resultado antes das destinações	4.660.864,18
(-) FATES - Fundo de Assistência Téc. Educ. e Social	(466.086,42)
(-) Fundo de Reserva	(2.330.432,09)
(-) Fundo Estatutário	(233.043,21)
Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral	1.631.302,46

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 14.875.520,52. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 40.867.887,66.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial R\$ 40.867.887,66 100,00%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 8,26% da carteira, no montante de R\$ 3.377.519,26.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 27.310.461,98, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 60,64%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 19.701.725,20	72,14%
Depósitos a Prazo	R\$ 7.608.736,78	27,86%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 29,35% da captação, no montante de R\$ 8.015.985,71.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB ACRE** era de R\$ 24.445.407,53. O quadro de associados era composto por **6.188** Cooperados, havendo uma redução de 2,32% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O **SICOOB ACRE** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 84% nos níveis de "A a C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo **SICOOB NORTE**, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2022. O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da **SICOOB ACRE** aderiram, em 2004, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do **SICOOB ACRE** registrou 27 (vinte e sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Das 27 (vinte e sete) reclamações, 15 (quinze) foram consideradas improcedentes e 12 (doze) procedentes e solucionadas dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva



representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio Branco/AC, 25 de janeiro de 2021.

José Generoso dos Santos

CPF. 216.571.492-34

Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo

CPF. 360.304.902-0

Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha

Contador CRC-RO 02897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE
SICOOB ACRE

BALANÇO PATRIMONIAL

		Em Reais	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		65.466.078,99	46.844.007,60
Circulante		29.206.519,45	22.747.748,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 4	16.749.848,03	11.002.136,11
Disponibilidades		1.874.327,51	1.493.129,09
Centralização Financeira - Cooperativas		14.875.520,52	9.509.007,02
Operações de Crédito	Nota 5	12.003.086,73	11.326.130,76
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		12.975.301,17	13.316.553,56
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(972.214,44)	(1.990.422,80)
Outros Créditos	Nota 6	446.015,96	412.474,33
Créditos por Avais e Fianças Honradas		19.101,23	3.137,57
Rendas a Receber		289.105,06	291.529,75
Diversos		109.598,80	106.470,96
Devedores por Depósitos em Garantia		19.772,56	0,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		21.846,10	12.277,32
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(13.407,79)	(941,27)
Outros Valores e Bens	Nota 7	7.568,73	7.007,39
Outros Valores e Bens		1.696,00	2.261,00
Despesas Antecipadas		5.872,73	4.746,39
Não Circulante		36.259.559,54	24.096.259,01
Realizável a Longo Prazo		26.951.445,48	19.475.282,44
Operações de Crédito	Nota 5	26.951.445,48	19.475.282,44
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		27.892.586,49	20.534.103,05
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(941.141,01)	(1.058.820,61)
Outros Créditos	Nota 6	0,00	15.000,00
Devedores por Depósitos em Garantia		0,00	15.000,00
Permanente		9.308.114,06	4.605.976,57
Investimentos	Nota 8	3.207.449,03	2.723.236,00
Participação em Cooperativa Central de Crédito		3.207.449,03	2.723.236,00
Imobilizado de Uso	Nota 9	6.023.209,78	1.804.468,32
Imobilizado de Uso		7.204.052,77	2.889.559,98
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.180.842,99)	(1.085.091,66)
Intangível		77.455,25	78.272,25
Ativos Intangíveis		122.355,25	122.355,25
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(44.900,00)	(44.083,00)
Total do Ativo		65.466.078,99	46.844.007,60

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE
SICOOB ACRE

BALANÇO PATRIMONIAL

		Em Reais	
PASSIVO		40.055.888,28	26.108.456,23
Circulante		35.595.282,93	25.381.023,87
Depósitos	Nota 10	27.310.461,98	17.000.682,70
Depósitos à Vista		19.701.725,20	11.396.745,67
Depósitos à Prazo		7.608.736,78	5.603.937,03
Relações Interfinanceiras	Nota 11	146.592,40	0,00
Correspondente no País		146.592,40	0,00
Relações Interdependências		1.336,42	1.653,99
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.336,42	1.653,99
Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 12	876.465,78	4.081.085,49
Empréstimos No País - Outras Instituições		876.465,78	4.081.085,49
Outras Obrigações	Nota 13	7.260.426,35	4.297.601,69
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		60,53	6.849,78
Sociais e Estatutárias	Nota 13.1	538.087,53	252.987,73
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 13.2	238.545,81	253.006,08
Diversas	Nota 13.3	6.314.146,29	3.784.758,10
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	Nota 13.4/35	169.586,19	0,00
Não Circulante		4.460.605,35	727.432,36
Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 12	4.460.335,61	724.609,09
Obrigações por Empréstimos		4.460.335,61	724.609,09
Outras Obrigações	Nota 13	269,74	2.823,27
Diversas	Nota 13.3	269,74	2.823,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 15	25.410.190,71	20.735.551,37
Capital Social	Nota 15.a	16.450.291,80	15.752.424,43
De Domiciliados No País		16.651.775,76	15.773.750,18
(-) Capital A Realizar		(201.483,96)	(21.325,75)
Reserva de Sobras	Nota 15.b	7.328.596,45	4.241.746,14
Sobras ou Perdas Acumuladas	Nota 15.c/d	1.631.302,46	741.380,80
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		65.466.078,99	46.844.007,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Generoso dos Santos
CPF. 216.571.492-34
Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo
CPF. 360.304.902-0
Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC-RO 02897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE

SICOOB ACRE

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Em Reais

DESCRIÇÃO		2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		5.151.256,93	10.155.905,53	5.455.687,22	10.562.351,15
Operações de Crédito	Nota 18	5.029.876,99	9.905.883,76	5.292.035,51	10.198.052,52
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	Nota 4.a	121.379,94	250.021,77	163.651,71	364.298,63
Dispêndio da Intermediação Financeira	Nota 19	(754.043,23)	(1.919.877,10)	(2.096.762,23)	(3.862.192,53)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10.b	(291.486,64)	(516.127,56)	(235.231,17)	(427.665,87)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12.a	(46.090,68)	(152.387,90)	(205.328,55)	(420.636,89)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(416.465,91)	(1.251.361,64)	(1.656.202,51)	(3.013.889,77)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.397.213,70	8.236.028,43	3.358.924,99	6.700.158,62
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.798.992,92)	(3.019.047,16)	(1.973.590,97)	(3.930.684,78)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	Nota 20	1.072.994,53	1.750.226,81	849.904,52	1.513.399,60
Rendas (Ingressos) de Tarifas	Nota 21	600.890,86	1.160.239,79	532.249,90	916.149,74
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	Nota 22	(1.653.230,69)	(3.245.198,62)	(1.692.224,91)	(3.231.801,87)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	Nota 23	(2.756.527,72)	(5.172.935,71)	(2.542.825,60)	(4.875.033,36)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(169.864,58)	(323.753,53)	(198.879,78)	(351.839,32)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	Nota 24	2.559.227,60	6.071.171,52	2.567.245,23	4.454.984,37
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	Nota 25	(128.181,32)	(454.203,91)	(98.789,96)	(203.400,27)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável	Nota 26	(124.039,01)	(302.275,43)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	Nota 27	(17.673,94)	(36.096,31)	(103.107,86)	(104.077,06)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	Nota 27	(1.182.588,65)	(2.466.221,77)	(1.287.162,51)	(2.049.066,61)
Resultado Operacional		2.598.220,78	5.216.981,27	1.385.334,02	2.769.473,84
Outras Receitas e Despesas	Nota 28	(2,52)	(1.811,52)	73.029,86	73.029,86
Outras Receitas		-	-	100.000,00	100.000,00
Outras Despesas		(2,52)	(1.811,52)	(7.700,00)	(7.700,00)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	-	(19.270,14)	(19.270,14)
Resultado Antes da Tributação e Participações		2.598.218,26	5.215.169,75	1.458.363,88	2.842.503,70
Imposto de Rendas		27.379,23	(62.995,96)	51.974,02	(61.218,03)
Contribuição Social		9.227,53	(52.197,58)	23.984,41	(51.130,82)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		2.634.825,02	5.099.976,21	1.534.322,31	2.730.154,85
Destinações Legais e Estatutárias		-	(3.029.561,72)	-	(1.376.850,07)
FATES	Nota 15/d	-	(466.086,42)	-	(211.823,09)
Reserva Legal	Nota 15/d	-	(2.330.432,09)	-	(1.059.115,44)
Outras Destinações Estatutárias	Nota 15/d	-	(233.043,21)	-	(105.911,54)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		2.634.825,02	2.070.414,49	1.534.322,31	1.353.304,78
Juros ao Capital	Nota 17	(163.601,18)	(439.112,03)	(298.883,69)	(611.923,98)
Sobras/Perdas Líquidas		2.471.223,84	1.631.302,46	1.235.438,62	741.380,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Generoso dos Santos
CPF. 216.571.492-34
Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo
CPF. 360.304.902-0
Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC-RO 02897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE
SICOOB ACRE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		14.337.266,28	(4.443,19)	1.628.682,07	166.653,93	0,00	1.328.449,25	17.456.608,34
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	(47.066,09)	0,00	0,00	(47.066,09)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.328.449,25	0,00	0,00	(1.328.449,25)	0,00
Por Subscrição/Realização		3.340.772,98	(16.882,56)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.323.890,42
Por Devolução (-)		(1.904.289,08)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.904.289,08)
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.730.154,85	2.730.154,85
Provisão de Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(611.923,98)	(611.923,98)
Fundo de Reserva	Nota 15/d	0,00	0,00	1.059.115,44	0,00	0,00	(1.059.115,44)	0,00
Outros Fundos Estatutários	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	105.911,54	0,00	(105.911,54)	0,00
F A T E S	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(211.823,09)	(211.823,09)
Saldo em 31/12/2019	Nota 15	15.773.750,18	(21.325,75)	4.016.246,76	225.499,38	0,00	741.380,80	20.735.551,37
Recuperação de Perdas Exerc. Anteriores		0,00	0,00	0,00	(218.005,79)	0,00	0,00	(218.005,79)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	741.380,80	(741.380,80)	0,00
Por Subscrição/Realização		3.413.079,10	(180.158,21)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.232.920,89
Por Devolução (-)		(2.545.076,55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.545.076,55)
Estorno de Capital		(82,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(82,87)
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.099.976,21	5.099.976,21
Provisão de Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(439.112,03)	(439.112,03)
Juros ao Capital		10.162,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.162,83
IRRF sobre Juros ao Capital		(56,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(56,93)
Fundo de Reserva	Nota 15/d	0,00	0,00	2.330.432,09	0,00	0,00	(2.330.432,09)	0,00
Outros Fundos Estatutários	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	233.043,21	0,00	(233.043,21)	0,00
F A T E S	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(466.086,42)	(466.086,42)
Saldo em 31/12/2020	Nota 15	16.651.775,76	(201.483,96)	6.346.678,85	240.536,80	741.380,80	1.631.302,46	25.410.190,71
Saldo em 30/06/2019		14.769.309,39	(43.230,56)	2.957.131,32	119.587,84	0,00	882.792,25	18.685.590,24
Por Subscrição/Realização		1.931.642,35	21.904,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.953.547,16
Por Devolução (-)		(927.201,56)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(927.201,56)
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.534.322,31	1.534.322,31
Provisão de Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(298.883,69)	(298.883,69)
Fundo de Reserva	Nota 15/d	0,00	0,00	1.059.115,44	0,00	0,00	(1.059.115,44)	0,00
Outros Fundos Estatutários	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	105.911,54	0,00	(105.911,54)	0,00
F A T E S	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(211.823,09)	(211.823,09)
Saldo em 31/12/2019	Nota 15	15.773.750,18	(21.325,75)	4.016.246,76	225.499,38	0,00	741.380,80	20.735.551,37
Saldo em 30/06/2020		16.183.242,40	(127.106,77)	4.016.246,76	50.666,54	0,00	2.931.021,14	23.054.070,07
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	(43.172,95)	0,00	0,00	(43.172,95)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	741.380,80	(741.380,80)	0,00
Por Subscrição/Realização		2.062.485,34	(74.377,19)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.988.108,15
Por Devolução (-)		(1.604.057,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.604.057,88)
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.634.825,02	2.634.825,02
Provisão de Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(163.601,18)	(163.601,18)
Juros ao Capital		10.162,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.162,83
IRRF sobre Juros ao Capital		(56,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(56,93)
Fundo de Reserva	Nota 15/d	0,00	0,00	2.330.432,09	0,00	0,00	(2.330.432,09)	0,00
Outros Fundos Estatutários	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	233.043,21	0,00	(233.043,21)	0,00
F A T E S	Nota 15/d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(466.086,42)	(466.086,42)
Saldo em 31/12/2020	Nota 15	16.651.775,76	(201.483,96)	6.346.678,85	240.536,80	741.380,80	1.631.302,46	25.410.190,71

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Generoso dos Santos
 CPF. 216.571.492-34
 Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo
 CPF. 360.304.902-0
 Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
 Contador CRC-RO 02897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE
SICOOB ACRE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	2.634.825,02	5.099.976,21	1.534.322,31	2.730.154,85
Ajuste de Exercícios Anteriores	(43.172,95)	0,00	0,00	(47.066,09)
Distribuição de Sobras e Dividendos	(26.268,03)	(439.259,03)	0,00	0,00
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	416.465,91	1.251.361,64	1.656.202,51	3.013.889,77
Provisão de Juros ao Capital	(163.601,18)	(439.112,03)	(298.883,69)	(611.923,98)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	1.182.588,65	2.466.221,77	1.287.162,51	2.049.066,61
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	0,00	0,00	19.270,14	19.270,14
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	17.673,94	36.096,31	103.107,86	104.077,06
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	774,93
Depreciações e Amortizações	116.272,60	117.089,20	176.956,03	354.947,00
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	4.134.783,96	8.092.374,07	4.478.137,67	7.613.190,29
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito	(6.680.148,88)	(9.404.480,65)	(3.022.474,25)	(7.687.462,18)
Outros Créditos	223.962,36	(18.541,63)	393.539,59	1.856.501,46
Outros Valores e Bens	16.916,12	(561,34)	22.383,44	(605,50)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depositos à Vista	5.724.407,17	8.304.979,53	3.381.663,72	1.090.560,36
Depositos à Prazo	1.087.246,91	2.004.799,75	339.526,55	184.071,16
Relações Interdependências	937,17	(317,57)	(55.113,52)	(60.679,31)
Relações Interfinanceiras	124.031,76	146.592,40	(4.649,56)	(14.616,93)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	954.595,19	531.106,81	(2.556.616,01)	534.820,12
Outras Obrigações	982.857,71	573.146,59	(247.665,80)	(512.014,62)
FATES Sobras Exercício	(466.086,42)	(466.086,42)	(211.823,09)	(211.823,09)
Imposto de Renda	27.379,23	(62.995,96)	51.974,02	(61.218,03)
Contribuição Social	9.227,53	(52.197,58)	23.984,41	(51.130,82)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	6.140.109,81	9.647.818,00	2.592.867,17	2.679.592,91
Atividades de Investimentos				
Distribuição Sobras da Central	26.268,03	439.259,03	0,00	0,00
Aquisição de Intangível	10.996,92	(3.597,00)	0,00	0,00
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.979.507,89)	(4.331.416,66)	503.314,24	(1.508.198,75)
Aquisição de investimentos	(26.268,03)	(484.213,03)	(713.925,00)	(1.308.865,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.968.510,97)	(4.379.967,66)	(210.610,76)	(2.817.063,75)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.988.108,15	3.232.920,89	1.953.547,16	3.323.890,42
Devolução de Capital à Cooperados	(1.604.057,88)	(2.545.076,55)	(927.201,56)	(1.904.289,08)
Estorno de Capital	0,00	(82,87)	0,00	0,00
Juros ao Capital Líquido de IRRF	10.105,90	10.105,90	0,00	0,00
Recuperação de Sobras de Exercícios Anteriores	0,00	(218.005,79)	0,00	0,00
Aumento Aportes em Reserva Estatutária	(43.172,95)	0,00	0,00	0,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	350.983,22	479.861,58	1.026.345,60	1.419.601,34
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.522.582,06	5.747.711,92	3.408.602,01	1.282.130,50
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	Nota 4 13.227.265,97	11.002.136,11	7.593.534,10	9.720.005,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	Nota 4 16.749.848,03	16.749.848,03	11.002.136,11	11.002.136,11
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.522.582,06	5.747.711,92	3.408.602,01	1.282.130,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Generoso dos Santos
 CPF. 216.571.492-34
 Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo
 CPF. 360.304.902-0
 Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
 Contador CRC-RO 02897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE
SICOOB ACRE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

DESCRIÇÃO	Nota	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		2.634.825,02	5.099.976,21	1.534.322,31	2.730.154,85
Outros resultados abrangentes		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do resultado abrangente	29	2.634.825,02	5.099.976,21	1.534.322,31	2.730.154,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Generoso dos Santos
CPF. 216.571.492-34
Diretor Presidente

Webiston de Sousa Macedo
CPF. 360.304.902-06
Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
Contador – CRC-RO 02897/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/04/1999, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL- SICOOB NORTE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do **SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB ACRE, sediada à Av. Brasil nº 420, centro em Rio Branco – AC., possui **03 (três)** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

PA Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
02	CRUZEIRO DO SUL - AC	Rua Rego Barros, 472 – Centro – CEP 69.980 -000
03	BRASILEIA – AC	Rua Manoel Marinho Monte,1585 – Centro – CEP 69.932-000
04	ACRELANDIA - AC	Rua Geraldo Barbosa nº 301 – CEP 69.945-000

O SICOOB ACRE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**(a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020. As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período;
- iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e
- iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

(b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE vem tomando todas medidas necessárias mediante implantação de plano para contenção/prevenção junto a seus associados, colaboradores e a comunidade no sentido de evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos governamentais, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB NORTE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente

segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	1.874.327,51	1.493.129,09
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	14.875.520,52	9.509.007,02
TOTAL	16.749.848,03	11.002.136,11

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NORTE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 250.021,77 e R\$ 364.298,63, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	63.898,66	-	63.898,66	138.894,28
Cheque Especial / Conta Garantida	1.030.261,79	-	1.030.261,79	1.702.153,05
Empréstimos e Títulos Descontados	11.881.140,72	27.892.586,49	39.773.727,21	32.009.609,28
Total de Operações de Crédito	12.975.301,17	27.892.586,49	40.867.887,66	33.850.656,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(972.214,44)	(941.141,01)	(1.913.355,45)	(3.049.243,41)
TOTAL	12.003.086,73	26.951.445,48	38.954.532,21	30.801.413,20

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	ADP / Ch. Especial / Cta Garantida.	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	5.552.931,63	0,00	5.552.931,63	0,00	1.800.125,57	0,00
A	0,50%	Normal	22.626.929,37	178.393,34	22.805.322,71	(114.026,61)	18.781.197,38	(93.905,99)
B	1%	Normal	4.887.580,24	39.206,24	4.926.786,48	(49.267,86)	4.042.119,77	(40.421,20)
B	1%	Vencidas	202.658,13	4.772,57	207.430,70	(2.074,31)	205.881,35	(2.058,81)
C	3%	Normal	3.342.041,49	366.692,55	3.708.734,04	(111.262,02)	3.207.052,88	(96.211,59)
C	3%	Vencidas	412.123,94	3.343,44	415.467,38	(12.464,02)	322.325,07	(9.669,75)
D	10%	Normal	868.991,92	176.340,54	1.045.332,46	(104.533,25)	1.799.911,34	(179.991,13)
D	10%	Vencidas	136.070,04	9.434,66	145.504,70	(14.550,47)	134.249,76	(13.424,98)
E	30%	Normal	284.209,45	24.737,27	308.946,72	(92.684,02)	492.579,90	(147.773,97)
E	30%	Vencidas	95.115,19	3.502,56	98.617,75	(29.585,32)	318.207,60	(95.462,28)
F	50%	Normal	201.809,72	48.410,70	250.220,42	(125.110,21)	291.176,57	(145.588,29)
F	50%	Vencidas	16.178,47	90.590,78	106.769,25	(53.384,63)	123.823,05	(61.911,53)
G	70%	Normal	213.737,12	61,60	213.798,72	(149.659,10)	268.140,99	(187.698,69)
G	70%	Vencidas	46.565,76	44.338,78	90.904,54	(63.633,18)	295.802,53	(207.061,35)
H	100%	Normal	553.939,58	14.443,26	568.382,84	(568.382,84)	343.839,01	(343.839,01)
H	100%	Vencidas	332.845,16	89.892,16	422.737,32	(422.737,32)	1.424.223,84	(1.424.223,84)
Total Normal			38.532.170,52	848.285,50	39.380.456,02	(1.314.925,91)	31.026.143,41	(1.235.429,87)
Total Vencidos			1.241.556,69	245.874,95	1.487.431,64	(598.429,54)	2.824.513,20	(1.813.812,54)
Total Geral			39.773.727,21	1.094.160,45	40.867.887,66	(1.913.355,45)	33.850.656,61	(3.049.242,41)
Provisões			(1.668.956,66)	(244.398,79)	(1.913.355,45)		(3.049.243,41)	
Total Líquido			38.104.770,55	849.761,66	38.954.532,21		30.801.413,20	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	63.898,66	0,00	0,00	63.898,66

Cheque especial e Conta Garantida	1.030.261,79	0,00	0,00	1.030.261,79
Empréstimos	3.927.768,37	7.947.468,40	27.892.586,49	39.767.823,26
Títulos Descontados	5.903,95	0,00	0,00	5.903,95
	5.027.832,77	7.947.468,40	27.892.586,49	40.867.887,66

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	3.239.863,83	3.239.863,83	8,00%
Pessoa Física	37.602.102,52	37.602.102,52	92%
Outros	25.921,31	25.921,31	0%
TOTAL	40.867.887,66	40.867.887,66	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(3.049.243,41)	(1.923.727,84)
Constituições / Reversões	(1.238.723,13)	(3.020.822,40)
Transferência para prejuízo	2.374.611,09	1.895.306,83
TOTAL	(1.913.355,45)	(3.049.243,41)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	233.691,18	1,00%	181.547,52	1,00%
10 Maiores Devedores	1.974.117,09	5,00%	1.367.397,03	4,00%
50 Maiores Devedores	6.368.330,91	16,00%	4.523.403,49	13,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.677.243,59	1.348.336,08
Valor das operações transferidas no período	2.374.611,09	1.895.306,83
Valor das operações recuperadas no período	(329.788,93)	(386.888,49)
Valor das operações recuperadas por renegociação	(183.431,48)	(6.804,78)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(126.109,99)	(172.706,05)
TOTAL	4.412.524,28	2.677.243,59

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 3.354.901,03, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1. Avais e Fianças Honrados (a)	19.101,23	0,00	3.137,57	0,00

2. Rendas a Receber	289.105,06	0,00	291.529,75	0,00
Serviços prestados a receber (b)	258.461,05	0,00	255.992,47	0,00
Outras rendas a receber	11.270,10	0,00	8.566,80	0,00
Rendimentos Centralização Financ. - Central	19.373,91	0,00	26.970,48	0,00
3. Diversos	109.598,80	0,00	106.470,96	0,00
Adiantamentos e antecipações salariais	2.499,93	0,00	6.180,75	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	18.848,26	0,00	18.446,00	0,00
Adiantamento por conta de Imobilizações	40.906,34	0,00	0,00	0,00
Títulos e créditos a receber	45.363,90	0,00	48.925,30	0,00
Devedores diversos – país (c)	1.980,37	0,00	32.918,91	0,00
4. Devedores por depósitos em garantia (d)	19.772,56	0,00	0,00	15.000,00
5. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	21.846,10	0,00	12.277,32	0,00
Imposto e Contribuições a Compensar	21.846,10	0,00	12.277,32	0,00
6. (-) Provisões para outros créditos (e)	(13.407,79)		(941,27)	0,00
(-) Com características de concessão de crédito	(13.407,79)	0,00	(941,27)	0,00
TOTAL	446.015,96	0,00	412.474,33	15.000,00

- a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos há mais de 75 dias de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual;
- b) Refere-se rendas a receber de convênios de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de rendas a receber de cartões;
- c) Em Devedores Diversos-País, estão registradas as pendências a regularizar de curto prazo;
- d) Refere-se a valores de depósitos para interposição de recursos cíveis/trabalhistas;
- e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrada no quadro abaixo:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
de Risco / Situação							
E	30%	Normal	0,00	0,00	0,00	3.137,57	(941,27)
E	30%	Vencidas	8.112,69	8.112,69	(2.433,81)	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	29,13	29,13	(14,57)	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	10.959,41	10.959,41	(10.959,41)	0,00	0,00
Total Normal			0,00	0,00	0,00	3.137,57	(941,27)
Total Vencidos			19.101,23	19.101,23	(13.407,79)	0,00	0,00
Total Geral			19.101,23	19.101,23	(13.407,79)	3.137,57	(941,27)
Provisões			(13.407,79)	(13.407,79)		(941,27)	
Total Líquido			5.693,44	5.693,44		2.196,30	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Material em Estoque	1.696,00	0,00	2.261,00	0,00
Despesas Antecipadas (a)	5.872,73	0,00	4.746,39	0,00
TOTAL	7.568,73	0,00	7.007,39	0,00

- a) Refere-se as despesas com prêmios de seguros pagas de forma antecipada

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - **SICOOB NORTE**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	3.207.449,03	2.723.236,00
TOTAL	3.207.449,03	2.723.236,00

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		2.588.410,30	582.669,30
Edificações	4%	1.751.564,81	0,00
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações		(23.354,20)	0,00
Instalações	10%	630.534,06	500.630,12
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(267.796,69)	(158.033,37)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	899.442,64	575.722,52
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(192.759,87)	(226.675,59)
Sistema de Comunicação	20%	14.515,00	23.921,58
Sistema de Processamento de Dados	20%	890.485,78	868.737,78
Sistema de Segurança	10%	131.491,90	40.270,40
Sistema de Transporte	20%	297.608,28	297.608,28
(-) Depreciação Acumulada de Outras Imobilizações de Uso		(696.932,23)	(700.382,70)
TOTAL		6.023.209,78	1.804.468,32

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas e referem-se à estruturação para abertura de Posto de atendimento.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	19.701.725,20	-	11.396.745,67	-
Depósito a Prazo	7.608.736,78	0,42	5.603.937,03	0,43
TOTAL	27.310.461,98	-	17.000.682,70	-

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins

lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.012.656,26	3,72%	843.803,91	5,03%
10 Maiores Depositantes	5.503.165,88	20,22%	4.310.343,66	25,69%
50 Maiores Depositantes	12.463.290,02	45,80%	9.037.689,52	53,87%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(273.880,86)	(486.497,13)	(224.591,41)	(406.618,20)
Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Créditos	(17.605,78)	(29.630,43)	(10.639,76)	(21.047,67)
TOTAL	(291.486,64)	(516.127,56)	(235.231,17)	(427.665,87)

11. Relações Interfinanceiras

Posição de Correspondentes no País em 2020 e 2019:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes no País	146.592,40	0,00
TOTAL	146.592,40	0,00

12. Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto ao **SICOOB NORTE** para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central norte	876.465,78	4.460.335,61	4.081.085,49	724.609,09
TOTAL	876.465,78	4.460.335,61	4.081.085,49	724.609,09

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 152.387,90 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos e Repasses".

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	60,53	0,00	6.849,78	0,00
Sociais e Estatutárias	538.087,53	0,00	252.987,73	0,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	238.545,81	0,00	253.006,08	0,00
Diversas	6.314.146,29	269,74	3.784.758,10	2.823,27
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	169.586,19	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.260.426,35	269,74	4.297.601,69	2.823,27

a) Refere-se a IOF a recolher de operações de crédito.

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES (a)	495.015,26	0,00	211.823,09	
Cotas de Capital a Pagar (b)	43.072,27	0,00	41.164,64	0,00
TOTAL	538.087,53	0,00	252.987,73	0,00

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Composição das obrigações fiscais e previdenciárias:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	10.807,48	9.778,86
ISSQN a recolher	18.399,50	12.260,89
INSS a recolher	4.993,59	2.212,55
IRRF a recolher	399,62	299,16
IRRF a recolher – pessoa física	226,44	200,24
PIS/COFINS/CSLL a recolher	2.135,07	1.561,80
IRRF a recolher	8.525,35	8.805,06
INSS a recolher	45.275,80	42.077,94
FGTS a recolher	11.090,41	10.690,45
PIS a recolher	1.759,66	1.727,08
IRRF sobre aplicações financeiras	543,10	6.926,98
ISSQN a recolher	96.976,66	142.137,22
PIS faturamento a recolher	2.136,39	1.508,00
COFINS a recolher	13.176,81	9.307,50
IRRF sobre juros ao capital	56,93	363,35
Outros	22.043,00	3.149,00
TOTAL	238.545,81	253.006,08

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	991.818,65	0,00	25.140,66	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	19,68	0,00	2.778,47	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	569.898,89	0,00	432.206,98	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	3.161.603,98	269,74	2.056.401,06	2.823,27
Credores Diversos – País (d)	1.590.805,09	0,00	1.268.230,93	0,00
TOTAL	6.314.146,29	269,74	3.784.758,10	2.823,27

- (a) Refere-se a adiantamento aos fornecedores por aquisição de bens e direitos;
- (b) Refere-se às provisões de obrigações a pagar em relação as despesas com pessoal e outras despesas administrativas;
- (c) Refere-se às provisões para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 10.632.987,47 e R\$ 7.864.324,81 em 31/12/2019, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999;
- (d) Em Credores Diversos País, estão registradas as pendências a regularizar de curto prazo e valores a ressarcir referentes a créditos de terceiros provenientes de convênios e créditos consignados, também de curto prazo.

13.4 Provisão para Contingências (Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	157.401,19	0,00
Provisões Cíveis	12.185,00	0,00
TOTAL	169.586,19	0,00

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB ACRE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	16.450.291,80	15.752.424,43
Associados	6.188	6.335

b) Reservas de Sobras

Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Fundo de Reserva totalizava, respectivamente R\$ 6.346.678,85 e 4.016.246,76.

Fundo de Assistência à Saúde

É um fundo não obrigatório, representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, utilizada para prestação de assistência à saúde dos cooperados e seus familiares. Em 31 de dezembro de 20120 e 2019, o Fundo de Assistência à Saúde totalizava, respectivamente, R\$ 240.536,80 e R\$ 225.499,38.

Reserva de Expansão

Visando a ampliação e expansão da cooperativa, em assembleia geral ordinária digital realizada no dia 18 de julho de 2020, foi deliberado a criação do Fundo de Expansão com a utilização das sobras líquidas do exercício encerrado em 31/12/2019 no valor de R\$ 741.380,80 (setecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta reais e oitenta centavos).

c) Sobras Acumuladas;

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em assembleia geral ordinária digital realizada em 30 de setembro de 2020, os cooperados deliberaram por unanimidade de votos, que as sobras apuradas no exercício de 2019, após as deduções legais, no valor líquido de R\$ 741.380,80, fossem integralmente destinadas para a criação de um Fundo de Expansão da cooperativa.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício (Resultado ato cooperativo)	3.892.489,42	2.118.230,87
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	883.568,30	0,00
Resultado da apuração de IRRF / CSLL	(115.193,54)	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.660.864,18	2.118.230,87
Destinações estatutárias	(3.029.561,72)	(1.376.850,07)
Reserva legal - 50%	(2.330.432,09)	(1.059.115,44)
Fundo de assistência técnica, educacional e social 10%	(466.086,42)	(211.823,09)

Fundo de Assistência à Saúde - 5%	(233.043,21)	(105.911,54)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.631.302,46	741.380,80

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	1.443.857,89	2.631.133,16	1.342.935,08	2.532.073,18
Despesas específicas de atos não cooperativos	(174.680,25)	(310.926,25)	(158.721,63)	(303.774,96)
Disp. Apropr. na prop. das receitas de atos não cooperativos	(796.944,05)	(1.434.827,09)	(728.733,51)	(1.348.516,21)
Resultado operacional	472.233,59	885.379,82	455.479,94	879.782,01
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2,52)	(1.811,52)	73.029,86	73.029,86
Lucro antes do imposto de renda e da Contrib. social	472.231,07	883.568,30	528.509,80	952.811,87
Imposto de Renda e Contribuição Social	36.606,76	(115.193,54)	75.958,43	(112.348,85)
Resultado de Atos Não Coop. antes das exclusões	508.837,83	768.374,76	604.468,23	840.463,02
(-) Total das exclusões	(1.848.042,51)	(1.848.042,51)	(1.760.791,61)	(1.760.791,61)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.339.204,68)	(1.079.667,75)	(1.156.323,38)	(920.328,59)

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 439.112,03, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 611.923,98, equivalente a 100% da variação da SELIC.

18. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	77.866,63	131.023,72	45.627,10	91.293,08
Rendas De Empréstimos	4.621.438,40	9.261.150,15	4.900.874,82	9.694.327,83
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	489,48	489,48	0,00	0,00
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,00	0,00	18.738,34	18.738,34
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	330.082,48	513.220,41	326.795,25	393.693,27
TOTAL	5.029.876,99	9.905.883,76	5.292.035,51	10.198.052,52

19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(291.486,64)	(516.127,56)	(235.231,17)	(427.665,87)
Despesas De Obrig. Por Empréstimos e Repasses	(46.090,68)	(152.387,90)	(205.328,55)	(420.636,89)
Reversão – Oper. de Crédito de Liq. Duvidosa	682.852,28	1.194.988,96	632.836,95	1.175.678,10
Reversão – Outros Créd. Liquidação Duvidosa	25.051,17	25.992,45	5.504,58	9.539,54
Provisões para Operações de Crédito	(1.113.801,21)	(2.418.271,91)	(2.293.602,77)	(4.097.815,13)

Provisões para Outros Créditos	(10.568,15)	(54.071,14)	(941,27)	(101.292,28)
TOTAL	(754.043,23)	(1.919.877,10)	(2.096.762,23)	(3.862.192,53)

20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	136.173,63	275.972,76	164.599,90	340.210,02
Rendas de outros serviços	936.820,90	1.474.254,05	685.304,62	1.173.189,58
Total	1.072.994,53	1.750.226,81	849.904,52	1.513.399,60

21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	183.338,69	377.385,30	168.464,39	315.831,39
Rendas de Serviços Prioritários - PF	51.915,13	88.105,45	37.338,21	61.388,21
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	6.862,50	13.923,00	4.656,30	12.374,30
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	358.774,54	680.826,04	321.791,00	526.555,84
TOTAL	600.890,86	1.160.239,79	532.249,90	916.149,74

22. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários	(283.629,15)	(557.216,09)	(267.537,78)	(537.483,78)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(449.980,66)	(896.556,44)	(492.437,32)	(893.990,14)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(272.095,52)	(525.398,39)	(272.610,52)	(541.303,26)
Despesas de Pessoal - Proventos	(637.038,00)	(1.245.369,67)	(638.918,09)	(1.218.541,68)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.627,45)	(3.014,70)	(6.813,86)	(13.612,66)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.859,91)	(17.643,33)	(13.907,34)	(26.870,35)
TOTAL	(1.653.230,69)	(3.245.198,62)	(1.692.224,91)	(3.231.801,87)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(69.896,03)	(124.963,08)	(62.102,41)	(126.188,53)
Despesas de Aluguéis	(106.992,65)	(220.303,07)	(97.616,39)	(189.333,37)
Despesas de Comunicações	(117.363,85)	(241.513,66)	(134.469,92)	(289.157,59)
Despesas de Manutenção e Cons. de Bens	(73.990,71)	(106.582,68)	(38.104,59)	(125.050,34)
Despesas de Material	(45.772,40)	(77.117,19)	(22.989,16)	(65.935,21)
Despesas de Processamento de Dados	(405.251,43)	(676.962,04)	(290.486,13)	(458.525,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(126.768,74)	(201.570,72)	(123.746,57)	(208.948,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(47.539,59)	(84.012,86)	(46.989,11)	(83.069,28)
Despesas de Publicações	0,00	0,00	0,00	(350,00)
Despesas de Seguros	(22.823,13)	(80.180,94)	(30.280,66)	(53.321,34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(517.283,73)	(855.901,31)	(330.242,91)	(655.919,50)
Despesas de Serviços de Terceiros	(132.292,24)	(211.071,05)	(71.214,80)	(110.345,69)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(133.825,96)	(246.995,72)	(117.564,14)	(229.193,82)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(213.177,86)	(518.192,58)	(256.047,46)	(406.196,29)
Despesas de Transporte	(202.579,90)	(348.587,32)	(171.056,50)	(262.956,90)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(2.303,25)	(7.507,81)

Despesas de Viagem no País	(51.428,42)	(115.728,48)	(51.991,66)	(141.508,07)
Despesas de Amortização	(3.597,40)	(4.414,00)	(1.150,33)	(3.966,91)
Despesas de Depreciação	(112.675,20)	(112.675,20)	(175.805,70)	(350.980,09)
Outras Despesas Administrativas	(93.163,57)	(263.460,13)	(129.232,05)	(295.939,84)
Emolumentos judiciais e cartorários	(7.550,88)	(14.353,70)	(6.275,50)	(44.276,71)
Rateio de despesas da Central	(272.554,03)	(668.349,98)	(383.156,36)	(752.677,48)
Rateio de despesa do Sicoob	0,00	0,00	0,00	(13.685,56)
TOTAL	(2.756.527,72)	(5.172.935,71)	(2.542.825,60)	(4.875.033,36)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	94.858,19	279.104,24	85.609,61	162.594,45
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	788.329,65	1.376.372,38	460.903,38	686.598,65
Deduções e abatimentos	385,06	1.048,71	1.654,00	1.755,00
Distribuição de sobras da central	26.268,03	439.259,03	0,00	0,00
Outras rendas operacionais	62.276,45	66.677,45	140.470,41	140.476,79
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.587.110,22	3.908.709,71	1.878.607,83	3.463.559,48
TOTAL	2.559.227,60	6.071.171,52	2.567.245,23	4.454.984,37

25. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(64.773,10)	(342.451,69)	(69.624,48)	(165.740,10)
Descontos concedidos - operações de crédito	(605,24)	(605,24)	(1.203,48)	(2.160,27)
Cancelamento - tarifas pendentes	(62.802,98)	(111.146,98)	(27.962,00)	(35.499,90)
TOTAL	(128.181,32)	(454.203,91)	(98.789,96)	(203.400,27)

26. Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativo de Uso

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas (dispêndios) de provisão para redução ao valor recuperável	(124.039,01)	(302.275,43)	0,00	0,00
TOTAL	(124.039,01)	(302.275,43)	0,00	0,00

27. Despesas de Provisão Passivas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Provisão para Passivos Contingentes	(17.673,94)	(36.096,31)	(103.107,86)	(104.077,06)
Despesas de Provisão para Garantias Prestadas	(1.182.588,65)	(2.466.221,77)	(1.287.162,51)	(2.049.066,61)
TOTAL	(1.200.262,59)	(2.502.318,08)	(1.390.270,37)	(2.153.143,67)

28. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
(-) Perdas de Capital	(2,52)	(1.811,52)	(7.700,00)	(7.700,00)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	(19.270,14)	(19.270,14)
Resultado Líquido	(2,52)	(1.811,52)	73.029,86	73.029,86

29. Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	181.136,78	0,3049%	824,45
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	915.270,28	1,5408%	28.255,43
TOTAL	1.096.407,06	1,8457%	29.079,88
Montante das Operações Passivas	201.021,14	0,8216%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.174,48	1.003,10	0,89%
Empréstimos	879.041,41	40.412,82	2,21%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	148.539,40	0,76%	0%
Depósitos a Prazo	19.213,43	0,25%	0,30%

- c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	2,07%	50,65%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,34%	153,24%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	130,07% da taxa CDI	166,60% da taxa CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	2,35%
Aplicações Financeiras	0,82%

- d) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificações e custeio à Previdência Social, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorário da diretoria	(204.021,60)	(408.043,20)	(204.021,60)	(401.446,30)
Cédula de Presença do cons. Fiscal e Administração	(63.516,18)	(133.081,52)	(63.516,18)	(136.037,48)
Gratificação da Diretoria	(16.091,37)	(16.091,37)	0,00	0,00
Encargos Previdenciários	(53.507,64)	(108.225,12)	(53.507,64)	(107.496,94)
Total	(337.136,79)	(665.441,21)	(321.045,42)	(644.980,72)

31. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS DO ACRE - SICOOB ACRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ACRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NORTE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

32. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

32.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

32.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

32.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

32.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

33. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	54.424.704,82	39.003.771,28
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	24.445.407,53	19.860.698,52
Índice de Basileia %	44,92%	50,92%
Razão de Alavancagem (RA) %	33,31%	37,48%
Índice de imobilização %	24,64%	9,09%

35. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais (Nota 13.4)	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	12.185,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhistas	157.401,19	0,00	0,00	0,00
TOTAL	169.586,19	0,00	0,00	0,00

Segundo à assessoria jurídica do SICOOB ACRE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 81.733,00 e abrangem, basicamente, processos de natureza cível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

José Generoso dos Santos
CPF. 216.571.492-34
Presidente do Cons. Administração

Webiston de Sousa Macedo
CPF. 360.304.902-06
Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
Contador – CRC-RO 02897/0-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimentos do Acre - Sicoob Acre

Rio Branco - AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimentos do Acre - Sicoob Acre, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Acre em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 08 de fevereiro de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804